

Quilombo de Buenos Aires: caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural

Quilombo de Buenos Aires: historical, economic, environmental and socio-cultural characterization

 Geraldo Barboza de Oliveira Junior¹

Resumo: Este artigo mostra um resumo do relatório antropológico e tem por objetivo a definição do território do quilombo de Buenos Aires, localizada no município de Custódia – PE, como parte do Programa de Desenvolvimento dos Territórios Quilombolas item 17, (PBA 17) no âmbito das ações do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Projeto São Francisco). A comunidade de remanescentes de quilombos de Buenos Aires está localizada a uma distância de 14 quilômetros da sede do município de Custódia. Lá habitam cerca de 250 famílias. O que mais caracteriza a comunidade é a heterogeneidade étnico-racial: convivem brancos, negros e mestiços. O discurso dos moradores é que todos se misturaram ao longo de uma convivência que conta mais de seis gerações.

Palavras-Chave: Laudo antropológico, comunidades quilombolas, Pernambuco

Abstract: This report aims to define the territory of the quilombo of Buenos Aires, located in the municipality of Custódia - PE, as part of the Program for the Development of Quilombola Territories item 17, (PBA 17) within the framework of the actions of the Integration Project of the Rio São Francisco with Hydrographic Basins of the Northern Northeast (São Francisco Project). The quilombos remnant community of Buenos Aires is located at a distance of 14 kilometers from the headquarters of the municipality of Custódia. There live about 250 families. What most characterizes the community is ethnic-racial heterogeneity: white, black and mestizo people coexist. The discourse of the residents is that all have been mixed together in a coexistence that counts more than six generations.

Keywords: Anthropological report; Quilombola communities; Pernambuco.

¹ Mestre em Antropologia Social, UFSC e Doutorando em Demografia (UFRN), atualmente Associado do Instituto de Desenvolvimento, Planejamento e Educação Ambiental - IDEA-RN. Responsável técnico da Antropos Consultoria Socioambiental. E-mail: geraldoantropos@gmail.com.

Introdução

No Brasil, os relatórios antropológicos (também denominados de laudos ou perícias) têm sido demandados por grupos indígenas e remanescentes quilombolas através de processos administrativos ou judiciais.

Os laudos, feitos pelos antropólogos, são solicitados dentro de uma demanda jurídica e de um campo conflitivo na sociedade civil, ou seja, uma demanda externa, onde existem diversos atores em questão. O laudo, portanto, resulta de uma demanda externa, pelos quesitos elaborados para responder sobre esses conflitos". (LEITE, 2000, p. 67).

Neste sentido, os conceitos e concepções sobre territórios remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”. A referência teórica para a construção de uma identidade quilombola na contemporaneidade está pautada em critérios de autoatribuição, subsidiados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim:

A autoidentidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos objeto da Convenção, isto é, nenhum estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça.

Assim:

A Convenção dispensa especial atenção à relação dos povos indígenas e tribais com a terra ou território que ocupam ou utilizam de alguma forma, principalmente aos aspectos coletivos dessa relação. É nesse enfoque que a Convenção reconhece a esses povos o direito de posse e de propriedade e preceitua medidas a serem tomadas para a salvaguarda desses direitos, mesmo no caso de terras ocupadas não exclusivamente em determinados casos, por eles, mas às quais tradicionalmente tenham tido acesso para suas atividades e subsistência.

Os relatórios antropológicos, diferente de uma proposta jurídico-administrativa que objetiva afirmar ou negar a identidade de um grupo, busca pela compreensão de quais são os elementos e mecanismos, acionados na construção e assunção de uma identidade como a de “remanescente de quilombos” (CANTARELLI, 2008).

Então, os laudos que vêm sendo produzidos neste campo têm como objetivo o entendimento sobre essas noções de direito para auxiliar os juízes a arbitrar sobre disputas territoriais, um campo frequentemente permeado por graves conflitos (LEITE, 2000, p. 66-67).

Assim, o hiato entre o campo jurídico e o campo antropológico fica menor. As contribuições mútuas são o que caracterizam o laudo em seu fim último: a definição de um território para um grupo baseado na sua identidade construída sobre suas categorias de apropriação de um espaço de sociabilidade e produção com base em uma identidade étnica. “E neste sentido tudo se amplia: o diálogo não é apenas com o jurídico, mas abrange a sociedade e várias áreas de conhecimento, discursos, atores e interesses, por vezes antagônicos” (LEITE, 2000, p. 67).

Além do importante papel dos movimentos sociais e das entidades não-governamentais, a luta pela titulação territorial em favor de grupos quilombolas vem contando com o decisivo apoio da ABA e das Universidades Federais do País, na realização de estudos sobre a temática e de pesquisas para a produção de laudos periciais destinados a instruir processos administrativos e jurídicos, com vistas a fundamentar decisões dos órgãos competentes no processo de titulação da terra. (Bezerra, 2006, p. 95)

Este texto é parte específica de um relatório e teve por objetivo a definição do território do quilombo de Buenos Aires, localizada no município de Custódia – PE, como parte do Programa de Desenvolvimento dos Territórios Quilombolas item 17, (PBA 17) no âmbito das ações do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Projeto São Francisco).

Neste sentido, vale o esforço pelo entendimento da categoria quilombola com um conceito contemporâneo. Evitando uma definição limitadora, como bem lembra o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, ao citar:

O quilombo, enquanto categoria definidora permanece incrustado na memória coletiva da Nação – seja dos operadores jurídicos, seja de determinadas representações do senso comum – como o isolado negro, tendo como paradigma o quilombo do Palmares. Deve-se relativizar a definição presente em nossos dispositivos jurídicos e sociais que, desde o tempo da Colônia, definem o quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”, assim como fora formulado em carta em resposta ao rei de Portugal em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino em 1740. Um conceito, como bem chamou a atenção Almeida (2002), que permaneceu frigorificado no imaginário dos operadores do direito e das leituras pretensamente científicas. Pois este dispositivo tendeu a compreender o quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado numa suposta autossuficiência (ALMEIDA, 2002, p. 49).

De maneira geral, no caso dos Relatórios Antropológicos referentes aos territórios quilombolas contemplados no PBA-17, são esperados que estes contribuam para a construção de um documento que *observe os critérios de auto*

atribuição, que permita caracterizar a trajetória histórica própria, as relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida pelos grupos que estão sendo objeto da questão.

Assim, ressalta-se a observação de Dalmo Dalari que cita:

Ao invés de trabalhar com classificações étnicas operadas genericamente pela sociedade regional, o antropólogo deve explorar as incongruências internas aí verificadas, percebendo que elas constituem parte de um campo de luta em que estão envolvidos todos esses atores. Partindo dessa análise é que poderá vir a descrever o conjunto de símbolos e práticas sociais (primordialmente os preconceitos, estigmas e censuras) pelas quais os diferentes atores não-índios, de modo acumulativo, mas também concorrencial, barreiras sociais que demarcam negativamente àquele grupo (DALARI, 1994, p.121 *apud*, SILVA; LUZ; HELM).

Considerações Metodológicas

Esta maneira peculiar da Antropologia construir o conhecimento a respeito de outras culturas é ressaltada por Clifford Geertz (1989, p. 15) quando afirma que em “Antropologia Social, o que os praticantes fazem é etnografia”. Isso quer dizer “que praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campo, manter um diário, e assim por diante” (CARDOSO, 2008, p. 89).

De maneira geral, a citação acima coloca os procedimentos necessários e usuais para a realização de uma pesquisa antropológica de campo. Neste trabalho, iniciamos nosso contato com os representantes dos territórios de remanescentes de quilombos do município de Custódia acompanhando os técnicos do Ministério da Integração em diversas reuniões na sede do município com seus representantes. No caso de Buenos Aires, realizamos, em seguida, uma reunião no próprio território para expor o trabalho a ser desenvolvido.

Após esta visita, foram iniciadas conversas com colegas antropólogos em busca de orientação de como melhor proceder para realizar um trabalho de pesquisa antropológica dentro dos referenciais da Instrução Normativa Nº. 49 (IN 49). A opção foi pela constituição de uma equipe multidisciplinar. Compomos esta com um antropólogo e uma pedagoga em período integral; e, oportunamente, tivemos a colaboração de profissionais das áreas de história, agronomia, engenharia ambiental, engenharia florestal e geografia, entre outros. Conversas profícuas com

profissionais da Biologia, do Direito, da Educação Ambiental também fizeram parte do cotidiano da pesquisa.

Como parte do trabalho de campo foram realizadas diversas visitas, nas quais ficávamos em média três dias no território de Buenos Aires. Nestas, identificamos e entrevistamos os informantes de maior interesse para o nosso trabalho: os mais idosos, a ex-presidente da Associação de Remanescentes de Quilombos de Buenos Aires e atual vereadora Yolanda Amaral, professores da escola local, jovens ligados ao grupo de samba de coco e outros moradores.

Anterior às visitas no território de Buenos Aires, com o auxílio de duas historiadoras, fizemos uma pesquisa bibliográfico-documental na internet na busca de dados gerais sobre os municípios; estas mesmas historiadoras, vinham já há tempos transcrevendo textos da área de antropologia relacionados à questão quilombola e de laudos antropológicos. Obtivemos também documentários regionais em livros e um vídeo sobre os quilombos de Pernambuco; estes foram realizados pelo Centro de Cultura Luiz Freire (uma ONG que trabalha no apoio aos territórios quilombolas de Pernambuco) em parceria com a Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas e com a Associação do Território Quilombola de Conceição das Crioulas.

A entrada na comunidade foi facilitada pelo fato de estarem sendo construídas na comunidade cerca de 44 casas de alvenaria em substituição às de taipa. Esta obra faz parte do acordo entre o Ministério da Integração - MI e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Ao chegar à comunidade o técnico do MI, foi logo “identificado e adjetivado” como o *rapaz das casas*. Apesar de ter explicado a sua real função na comunidade, isto não somente facilitou seus contatos, como também o colocou à disposição das pessoas que queriam perguntar sobre os outros benefícios, como o telefone comunitário, o posto de saúde, os projetos de geração de emprego e renda, etc. Esta situação coibiu qualquer embaraço por parte dos moradores locais. Na prática, sempre tinha alguém disposto a colaborar o seu cotidiano na comunidade.

As mais de 20 entrevistas gravadas em gravador digital totalizaram aproximadamente 05 horas. Como recurso auxiliar, fizemos, em todas as viagens, o registro fotográfico das pessoas sendo entrevistadas e do meio ambiente. A

transcrição das entrevistas e a posterior leitura crítica desta possibilitaram a observação dos hiatos de informações que nos faltavam.

Foi realizado o reconhecimento da área do território quilombola de Buenos Aires em várias situações com o apoio de Antônio Amaral, professor de geografia e morador local. Depois, foi realizado um trabalho técnico de identificação das áreas indicadas como pontos limítrofes do território de Buenos Aires; levando em consideração as referências geográficas dos moradores locais.

Dados Gerais

Nesta parte iremos colocar uma visão do município de Custódia e do território quilombola de Buenos Aires abordando aspectos gerais e específicos de ambos. A história, a demografia, a economia e a organização política de uma maneira ampla.

Mapa 02: Mapa do Município de Custódia em relação a Pernambuco



O município de Custódia com uma área territorial de 1.484,6 Km² divididos em três distritos: Distrito-sede (Custódia), Quitimbu e Maravilha e com os povoados Caiçara, Ingá, Sabá, entre outros, está situado na parte setentrional da micro região do Pajeú, com os seguintes limites: ao norte com os municípios de Igaraci (aproximadamente 34 km) e Carnaíba (aproximadamente 69 km), a leste com o município de Sertânia (aproximadamente 44 km), a oeste com o município de Betânia (aproximadamente 60 km) e Flores (aproximadamente 52 km), e ao sul com

os municípios de Ibimirim (aproximadamente 111 km) e Floresta (aproximadamente 164 km).

Em relação à geopolítica das populações afro-brasileiras, o município de Custódia tem 10 comunidades quilombolas. São elas:

01) Buenos Aires

02) São José

03) Cachoeira da Onça

04) Lagoinha

05) Açudinho

06) Serra da Torre

07) Lajedo

08) Carvalho

09) Riacho do Meio

10) Grotão (***) esta comunidade ainda não se definiu em relação à sua identidade quilombola.

Custódia possui ainda uma Comissão Municipal de Articulação das Comunidades Quilombolas que mantém uma representatividade junto à Comissão Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco.

O território de remanescentes de quilombos de Buenos Aires

O território quilombola de Buenos Aires, em Custódia-PE, distante da sede do município 14 quilômetros é constituído por 08 sítios interligados. A saber, são elas: Catolé, Berruga ou Verruga, Saco, Queimada Nova, Lamarão, Caldeirão, Santana e Boa Viagem onde habitam aproximadamente 255 famílias. Os limites atuais do território incluem as terras circundadas pelas comunidades de Cachoeira da Onça, Barra de São Jorge, São José e pela Serra do Urubu.

O acesso ao território de Buenos Aires se dá por meio de uma estrada em leito natural a partir da localidade conhecida como Barra de São Jorge. A paisagem nesta viagem é cortada por rios e plantações de feijão e milho. As terras não cultivadas são poucas.

A economia do território de Buenos Aires é basicamente da renda dos aposentados, da renda extra que vem dos parentes que se deslocam, com muita frequência, para São Paulo para trabalhar na construção civil e das atividades agropecuárias (com maior ênfase para a agricultura: feijão e milho e, a venda de leite e seus derivados – neste caso queijo).

As atividades sociais de cunho religioso são predominantemente oriundas da religião católica. Existe em reorganização um grupo de Samba de Coco, com maioria composta por crianças. Acompanhando este, existe a Banda de Pífanos.

A população da comunidade é em sua maioria composta por jovens. Em termos étnico-raciais a população local mostra um mosaico de negros, brancos, descendentes de indígenas e mestiços de forma geral

A comunidade de remanescentes de quilombos de Buenos Aires está localizada a uma distância de 14 quilômetros da sede do município de Custódia. Lá habitam cerca de 250 famílias. O que mais caracteriza a comunidade é a heterogeneidade étnico-racial: convivem brancos, negros e mestiços. O discurso dos moradores é que todos se misturaram ao longo de uma convivência que conta mais de seis gerações.

Em termos de estrutura física o território de Buenos Aires apresenta a seguinte configuração:

O sistema de abastecimento de água implantado é operado pela Associação dos Quilombolas de Buenos Aires, já a manutenção é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Custódia, sendo considerado deficitário no que se refere à oferta, à captação, à distribuição e à reserva.

A captação é efetuada em dois poços tubulares profundos localizados nos sítios: Lamarão, Luiz Carlos, Catolé, Caldeirão de Baixo, Santana, Seba e Capim com uma vazão total de água captada e distribuída superior a 12,0 m³/h. O tempo de funcionamento dos poços é de 16 horas diárias para todos. Entretanto, não existem reservatórios elevados/apoiados e também, não existe rede de distribuição. A água é distribuída à população através de diversos chafarizes. O transporte desta água até as casas é, geralmente, feito com carro de boi.



Figura 1. Crianças carregando água.



Figura 2. Água transportada em carro de boi

Existe um posto de saúde localizado no sítio Santana, que atende o território quilombola de Buenos Aires nos serviços básicos de consulta. Quando a população necessita de atendimento específico se desloca para a sede do município de Custódia 14 km do território. Foto baixo.



Figura 3. Posto de saúde

Existem atualmente no território quilombola de Buenos Aires 5 (cinco) escolas localizadas em Lamarão, Catolé, Santana, Capim e Buenos Aires. Elas se encontram em estado bom de conservação, não necessitando de reforma, exceto a escola de Buenos Aires. Entretanto, todas as escolas necessitam de novos equipamentos. Existem, ainda prédios sem utilização de escolas que foram fechadas devido ao programa de nucleação das escolas da zona rural.



Figura 4. Capela e armazém utilizados como sala de aula.



Figura 5. Escola desativada

As casas da comunidade de Buenos Aires são, em sua maioria, de alvenaria. Entretanto, ainda existem casas de taipa. As casas recém construídas são resultado de um programa de compensação socioambiental do projeto de Transposição do rio São Francisco.



Figura 6. Casa de taipa



Figura 7. Casa de alvenaria.

Historicidade do território quilombola de Buenos Aires.

Os processos iniciais de territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relacionam fortemente com o contexto sócio-político do período em que iniciou a formação de cada uma delas. O que se conta hoje nessas comunidades sobre as motivações que lavaram à territorialização, os locais de procedência de seus primeiros habitantes e as identidades étnicas dos grupos envolvidos (aspectos estruturantes na construção da territorialidade), revela-nos uma forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX. A República, a proibição do trabalho escravo e a “transição capitalista” no Sertão foram alguns dos fatos ocorridos nesse período que refletiram nas estratégias e no modo de resistência dos grupos que atualmente se identificam quilombolas. (CCLF, 2008, p. 08)

De acordo com o texto do EIA que foi realizado no âmbito da constituição do Projeto São Francisco.

Segundo a pesquisa de informações secundárias realizada, as comunidades negras de quilombolas têm histórias individuais bastante distintas. Em linhas gerais, pode-se dizer que algumas se originam de núcleos de resistência e outras expressam trajetórias de fuga que findaram por afastá-las de suas raízes territoriais.

Estas histórias frequentemente tendem a ser atualizadas ao longo do tempo, através da preservação de hábitos, valores, rituais e crenças repassados pelas sucessivas gerações. Alguns desses grupos privilegiam a posse comunal da terra; outros os laços familiares consolidados a partir do costume de viver e casar entre parentes. O isolamento, em alguns casos, constitui importante estratégia de sobrevivência e preservação do patrimônio: “morando sempre entre iguais”. Para outros, no contato e convivência com as “pessoas de fora” é que reside a possibilidade de preservação da identidade social através da demarcação de espaços e do domínio das trocas.

A história de Buenos Aires (Maniçoba)

Assim, de acordo com os mais velhos e, também com a publicação local, a história do surgimento do Território de Buenos Aires começa com a vinda de sete casais, incluindo negros e brancos, que dão início ao povoamento da área do Território de Buenos Aires. Este é constituído por 08 sítios ou comunidades: Catolé, V(B)erruga, Saco, Queimada Nova, Lamarão, Caldeirão, Santana e Boa Viagem. A origem dos primeiros povoadores remonta aos municípios de Floresta, Pesqueira, Garanhuns. E, em termos locais a origem destes está ligada às localidades de: Vaca Morta, Sítio dos Necos, Sabá de onde vem à maioria de pessoas negras Riacho do Meio e Lagoinha. Em função desta concepção geopolítica adotamos o termo *Território* de Buenos Aires e não *Comunidade*.

Na busca de uma reconstrução histórica baseada na memória oral colocamos os relatos de alguns moradores de Buenos Aires. A escolha pelos moradores obedeceu a critérios diversos, entre os quais: idade, atuação política, disponibilidade e vontade de falar. Neste sentido, iniciamos com o relato de Yolanda Amaral, ex-presidente da Associação local e, atualmente, vereadora eleita no município de Custódia. Yolanda vem de uma família de atuação política bastante expressiva na comunidade e no município. Seu pai foi professor, vereador e primeiro prefeito de Custódia e sua mãe foi vereadora. Yolanda vem seguindo a mesma trajetória: professora e política. Em seu percurso realizou ações que contabilizam no seu

currículo de ativista de movimentos sociais e educacionais: fundou, em parceria com outras educadoras, o Museu Histórico da Comunidade de Buenos Aires, e mantêm um acervo de fotografias, livros de atas, e relatos transcritos da história local. É com ela que iniciamos nossos relatos.

O relato de Yolanda Amaral inicia com a gênese da comunidade.

Antigamente aqui em Buenos Aires, não era conhecido como Buenos Aires, aqui era Maniçoba, por causa da grande quantidade de maniçoba que tinha naquela época, e aqui em Buenos Aires,... Buenos Aires foi formado por sete casais, que veio às famílias: Tenório, Amaral, Euzébio, Salviano, Gustavo, Livino e Crioula. Esses casais foi quem formou essa grande comunidade. E hoje, dentro da comunidade de Buenos Aires tem vários sítios que pertencem a essa comunidade, como: Catolé, Verruga, Saco, Queimadas Nova, Lamarão, Calderão, Santana e Boa Viagem. E aí, esses sítios e todas essas pessoas que moram nesses sítios são todos famílias; são primos, são tios, são irmãos. E aí, após a chegada desses casais eles também deixaram em nossa comunidade uma grande cultura, que foi como: o Samba de coco, a banda de Pífano e também eles trouxeram uma cultura. Alguns que vieram dessa comunidade, alguns veio da mata, que é perto de Nazaré, perto de Floresta, outros vieram de Pesqueira, outros de Garanhuns e outros de comunidade vizinha, como: Vaca morta, veio do sítio dos Neco, que é próximo de Quitimbu, vieram do Sabá, vieram do Riacho do Meio e vieram da Lagoinha...

Neste trecho Yolanda Amaral fala a gênese de Buenos Aires com um primeiro casal. Na verdade, seus bisavôs, José Domingues e Iria. A genealogia das famílias de Buenos Aires já apontava desde a formação inicial da comunidade a miscigenação racial como uma característica local.

Aqui antigamente, os primeiros casais dessa comunidade foram: Iria e José Domingues de Resende os primeiros moradores dessa comunidade. Essas terras que hoje a gente mora hoje era pertencente a eles, aí esses filhos do bem, foi quem nos deu esta terra. Aí, os negros que chegou nessa comunidade, também, que vieram do Sabá e de outras comunidades. José quando veio não vieram sozinhos, veio José Euzébio, era negro e casou com Vicência que era índia. Aqui também teve uma mistura de índio com negro. E José Domingues de Rezende era branco e Iria negra, aqui também teve a crise das raças, negros e índios. E os demais sítios tiveram a família Gustavo, que chegou nessa comunidade, que aí, ficaram sete casais, onde as casas eram muito distantes.

Quando se busca mais especificidade sobre o passado chegamos a um período escravocrata, através do depoimento de Pedro Salviano, um dos moradores mais idosos.



Figura 8. Pedro Salviano

A relação de escravidão é suavizada nos relatos ao se falar em trabalho de forma genérica. Entretanto, é colocado ênfase na passagem da condição de escravo para liberto numa relação de acesso imediato à terra onde se localizam até hoje. Isto fica claro nas palavras de Pedro Salviano quando disse: “_Mas deixa que nesse tempo do meu bisavô o povo era tudo dos escravos, um era melhorzinho outro já era “mais ruim”, o melhorzinho que tinha era Tenório”.

_Nesse tempo os pobre não tinha terra nem casa, e viviam na casa dos capitão, trabalhando de graça, o capitão ruim danado. Meu bisavô trabalhou um tempo ali em Tenório e depois liberaram ele, e ele vinha da verruga para colher, e quem comprou umas terras que era de Joaquim Tenório, irmão de Dodô ... aí Dodô tomou a frente do irmão dele, mas já tinha vendido, pois ele não poderia trabalhar... Aí aqui nós “acrituremo”, aqui ninguém comprou, não, pois é do meu bisavô, Severino da Berruga, pai não comprou, mãe não comprou, nem esses mais novo de que ele também não comprou, tudo era dele”.

Ainda na busca de um passado histórico chegamos a Dona Maria. Sua história revela uma face comum da história das mulheres locais: trabalho na roça e estudo. De uma forma geral, as mulheres têm um maior aproveitamento nos estudos. Os homens, em idade que varia dos 20 aos 50 anos viajam periodicamente para São Paulo para trabalhar, sazonalmente, na construção civil. O relato de Dona Maria nos mostra uma fotografia da luta pelo conhecimento. Ela atualmente cursa o ensino médio através do Programa Travessia – que leva o ensino médio às comunidades rurais.



Figura 9. Dona Maria

Agora vamos às suas palavras: “_eu comecei a estudar com sete anos de idade e o estudo era todo diferente, olhe, para melhor lhe dizer não existia essas canetas, nem lápis assim, existia, mais era diferente. Para agente escrever era com uma canetinha com um biquinho de pena, com um tinteirinho, quando um tinteirinho acabava, tinha uns três ou quatro menino estudando, comprava uma massinha com o nome de anilina e fazia a tinta para agente escrever.

Agora só estudava filho de quem tinha interesse mesmo, de quem trabalha no gado pra bota, e minha mãe tinha muito interesse em ver agente estudar, e ela não era daqui, quando ela chegou aqui era o povo tudo “inalfabetizado” e ninguém era doido de colocar o filho na escola não, pois não queriam colocar de maneira nenhuma e ela dizia: “mais meu Deus, como vou criar meus filhos todo assim, analfabeto”. Aí apareceu uma escola com anexo, eu estava com seis anos, ela botou eu e mais dois irmãos, um irmãos mais velho, uns nove anos, a outra com oito e eu seis...uma légua, eu ia muito bem, mas quando voltava vinha na cacunda dele, com a maior dificuldade, aí depois quando apareceu uma escola ali pertinho, aí dava pra gente ir, e o nome do professor era Pedro Raimundo”.

Seu discurso alcança outros momentos, mas sempre encaminhado pela sua relação com o conhecimento através da escola. A riqueza de detalhes de sua memória é de fato algo encantador no contado com Dona Maria. Segundo Montenegro e Fernandes (2001, p. 92):

A narrativa gravada em uma entrevista não constitui-se na memória propriamente, pois está é inacessível; configura-se como a construção de uma determinada vivência a partir da memória. Durante o processo de rememoração o depoente estabelece relações entre suas próprias experiências que o permite reconstruir seu passado segundo uma determinada estrutura, consciente ou não. É o tecer de uma teia na qual suas vivências vão sendo reorganizadas proporcionando a cada ato de rememorar uma nova construção

através de um determinado encadeamento de ideias, estruturado pela valoração simbólica de sua própria personalidade e viabilizando mediante a construção do relato. Desta forma, o relato se estrutura a partir da memória, não se constituindo, no entanto, o seu conteúdo.”

“...nessa época era tudo aberto, quando chegaram aqui...chegava, construía uma casinha de barro e ali ficava apossado...”

Esse processo ocorreu com muita intensidade no sertão do Moxotó, sobretudo a partir da Fazenda São José que era local de grande concentração de trabalho escravo. Muitas das rotas de fuga da fazenda seguiam na direção do Pajeú, por se tratar de uma região menos ocupada e com menor acessibilidade.

Já as comunidades constituídas a partir do final do século XIX se originam de fluxos migratórios que partiram de três situações de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho (semi) escravo, agora na condição de “pessoas libertas”, e do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Um aspecto comum à grande maioria das comunidades, sejam as surgidas antes ou a partir do final do século XIX, é que os territórios se constituíram, desde o início, a partir do uso de terras não apenas para moradia e cultivos de subsistência, mas para diversas práticas – coleta, caça, pesca e rituais sagrados – que pouco a pouco foram criando vínculos afetivos e sentimentos de pertença.

A história de Buenos Aires está registrada na publicação conjunta entre o Centro de Cultura Luiz Freire e a Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas de Pernambuco. Abaixo publicamos na íntegra o texto:

“A história dessa localidade se divide basicamente em duas versões: a que é propagada pelos descendentes de famílias de fazendeiros da região que habitam o território quilombola; e a que é contada pelos descendentes dos negros e negras escravizados por esses senhores.

Aqui, quem conta essa história são pessoas reconhecidas e legitimadas pela comunidade como a memória vive de uma trajetória de muita resistência, que até hoje vivem no território oficialmente reconhecido pela Fundação Cultural Palmares como Buenos Aires.

Seu Severino Salviano, conhecido por Severino da ‘Berruga’ (nome da região que hoje pertence a Buenos Aires) e Dona Florinda, que morava na Fazenda São José e era cativa do velho Dodô Tenório, dão origem à comunidade. Seu Severino da Berruga era cativo de Joaquim Tenório, que o libertou para trabalhar por conta própria. Trabalhando dobrado, seu Severino conseguiu comprar as terras ao próprio senhor de escravos, terras em que hoje estão seus descendentes: seu neto Pedro Salviano, com 92 anos, seus bisnetos e seus tataranetos...

Seu Zé Paulino, hoje com 86 anos, conta que sua avó paterna, Dona Paulina, foi cativa do pai de Dodô Tenório. Já a sua avó materna foi vendida para a fazenda Fortaleza três dias depois de ter parido sua mãe, que foi criada por Dona Madalena, uma negra liberta e valente, que era dona de sua própria terra, que ficava na Berruga.

Segundo Seu Zé Paulino, Dona Madalena, além de ter criado sua mãe, criou também um menino chamado Salviano (Pedro Salviano), herdeiros das terras de Dona Madalena.

Aspectos culturais de Buenos Aires

Na atualidade a comunidade de Buenos Aires busca uma afirmação de sua história pela valorização de aspectos da cultura local, como as novenas, as rezadeiras, o samba de roda e, em especial, pela preservação da memória com a instalação do Museu Histórico da Comunidade Quilombola de Buenos Aires. Entendemos a seriedade deste processo criativo, pois:

Se não há **preservação**, ocorre a perda da identidade cultural o que significa o fim de um povo. A força, a criatividade, o orgulho e a consciência de uma sociedade mantém viva sua cultura, sua identidade, aquilo que a faz ser exatamente o que ela é. ...

O 'como preservar' está intimamente ligado à **educação**.... Nesse processo educativo estão a **pesquisa** e a criação de **espaços culturais** (museus, arquivos, bibliotecas, lugares da memória...). Por meio deles a comunidade torna-se 'dona' dos eu patrimônio cultural e passa a ter contato direto com a sua cultura e com a memória coletiva." (ATAÍDES, 1977, p.11-13).

Na atualidade, o museu está tendo sua utilização reduzida em relação ao seu potencial e sua capacidade de agregar conteúdo à escola local. Durante o trabalho de campo o local estava sendo utilizado para abrigar os trabalhadores das obras de construção de casas de alvenaria (em substituição às de taipa).

Na prática, o museu representa um "elefante branco" na comunidade. Obviamente, isto não diminui o mérito da comunidade na instalação e manutenção do mesmo.

No mesmo sentido de recuperação do patrimônio cultural da comunidade chegamos ao Grupo Folclórico do *Coco de Roda* e do grupo de músicos que o acompanha. Este grupo é composto por quatro componentes: dois nos pífanos, um na zabumba e um no pandeiro.

De acordo com João Batista, o processo de restauração do grupo foi assim:

“_Nos aqui na comunidade formemo esse grupo, que nos sábados e domingos nos reunimos uma turminha, onde nos comecemos pelas fitas de embolada, todo mundo dançando, aí decidimos formar um grupo, aí ali formemo um grupozinho e comecemos a sambar, e depois Yolanda ajudou a nos comprar os instrumentos, e agora agente canta e os outros samba.

Para aprender a dançar nós compramos um CD que já tinha essas músicas e os passos, nos vemos um senhor já de idade dançando, aí tinha vez que na hora que nós estávamos passando a fita, ai agente foi tentando, até que aprendemos os passos.”

O discurso de João Batista é corroborado por poucos da comunidade. Mas no geral, é gratificante para quem chega de fora e constata o esforço da comunidade em busca de suas raízes culturais. O futuro desse grupo, ao que parece, está garantido com a escolha de crianças para compor o mesmo.

Em relação à religiosidade local, a comunidade é essencialmente cristã praticando duas variantes: o catolicismo popular e a *Lei dos crentes*, como é denominada a religião evangélica. Lá existe uma igreja evangélica e duas católicas². Há também a prática de construir nos jardins das casas pequenos oratórios feitos em alvenaria que são chamados de capelas (todas homenageando um santo de devoção da família). Resta ainda uma observação em relação aos diversos oratórios que existem nas casas de alguns moradores, geralmente, nas casas onde ocorriam as novenas. Estes, contém inúmeras imagens em gesso ou madeira (algumas centenárias). Outra expressão mais simples são os quadros de santos colocados nas paredes.

Em relação aos aspectos não materiais do patrimônio cultural local podemos citar as rezadeiras e as rezas cantadas (que era comum nas novenas), as *inselenças*.

Como prática ainda em uso, estão as rezadeiras e os rezadeiros da comunidade. Entretanto, tal prática, na atualidade, sofre um decréscimo pela presença dos evangélicos que proíbem tal prática entre seus membros e pelos jovens que manifestam certo ceticismo. Como consequência, não se vê um futuro para este aspecto cultural na comunidade. Uma moradora antiga era uma referência nesta prática, entretanto, pelo fato de ter se convertido a *lei dos crentes* deixou de cantar e, também não deixou substituto.

² Uma capela situada no sítio Buenos Aires e outra situada no sítio Santana.

Apropriação das Terras de Buenos Aires (Maniçoba).

Em relação às formas de apropriação de terras pelos primeiros quilombolas no sertão pernambucano é consenso na história que:

As mais antigas, na sua quase totalidade, originaram-se de processos de fuga de negras e negros, escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco (região próxima a Garanhuns) e Alagoas (região Palmarina). Observa-se que as “rotas de fuga” levavam a lugares onde a cobiça fundiária dos fazendeiros locais ainda não havia chegado. Eram “terras de ninguém”. (CCLF, 2008, p.08)

A permanência e posse das terras ocorreram em grande parte como resultado de pagamento por trabalho nas terras que ocupavam. Trabalharam de meia (prática comum até hoje) e tiveram sua recompensa. Ao longo de sua existência os lotes foram se definindo e repartidos entre os primeiros herdeiros.

“Essas “oportunidades” decorreram da transformação dos padrões de produção no sertão, a partir do final do século XIX, que se materializaram, sobretudo, através da produção e beneficiamento do algodão e do caroá. É nesse contexto que surgem novas comunidades, em territórios comprados e muitas vezes registrados em cartórios de títulos.” (CCLF, 2008, p. 09)

“Diante disso, observamos muitas semelhanças entre os aspectos que levaram à constituição dos territórios originais dos quilombos que surgiram até o final do século XIX. Da mesma forma entre aquelas que surgiram a partir desse período.

Na atualidade os lotes das famílias do Território de Buenos Aires não alcançam grandes dimensões. Os maiores variam de 05 hectares até, no máximo, 30 hectares. Em sua maioria são utilizados, quase na íntegra, na prática da agricultura. Existem poucas áreas para pasto de gado. Todos os moradores, em todos os sítios do território de Buenos Aires sabem dos limites de seus lotes. As terras adquiridas são respeitadas como terras privadas.

Organização social do território de Buenos Aires.

Neste texto consideramos a **organização social quilombola** de Buenos Aires através de suas expressões territoriais: parentesco, família, festa, religião, memória e meio ambiente.

De forma geral falar em organização social em Buenos Aires implica em um resgate das ações políticas que resultaram na transformação de *Maniçoba* em Buenos Aires. Incluindo aí os oito sítios na composição do atual território.

A novidade neste campo político social é a absorção do termo quilombola pelos moradores locais. Ainda há pouca confiabilidade no que diz respeito à absorção de uma nova configuração, no caso de comunidade de remanescentes de quilombos. Particularmente, os jovens (em especial os do sexo masculino que viajam com frequência para São Paulo) e os mais idosos ainda não têm clara a ideia do que ser quilombola.

As relações entre **identidade a alteridade** em Buenos Aires se expressam pelo fato visível dos moradores locais se afirmarem enquanto pertencentes a uma comunidade majoritariamente negra. Os *outros* que podem ser os vizinhos os habitantes das comunidades, também quilombolas, de São José e Cachoeira da Onça. Neste caso, eles se classificam com pessoas que estão no *meio do caminho*. Dizem assim:

“_Aqui em Buenos Aires nós somos em grande parte negros, ou descendentes destes. Lá no São José já tem muito branco e na Cachoeira da Onça, todos são negros. Mas, somos todos negros. Se não na cor da pele, mas pelos menos no sangue. Aqui todo mundo é misturado”.

Por outro lado, os discursos orais dos moradores de Buenos Aires, sempre falam de si como negros e brancos que chegaram à terra para trabalhar. Todos se ajudando. Todos eram pobres. Existem discursos que falam de um passado ligado à escravidão, mas também colocam o trabalho como uma continuidade nesta relação trabalhista. Este foi o meio de acesso à compra de terras pelos antepassados. O hábito de trabalhar de meia³ foi um vetor para acumular recursos para adquirir um pedaço de terra. Pequenos lotes, porém resultados de trabalho na terra.

Independente da cor da pele a *orientação* étnica se dá pelo local de moradia. Quem mora em Buenos Aires, pode não ser negro, mas é quilombola. *“Inútil é imaginar as muitas maneiras de se efetivar uma política de relações que não sejam matizadas pelo fator diferença racial, quando esta condição é algo transparente no cotidiano das pessoas.”* (OLIVEIRA JUNIOR, 1996).

³ Dividi-se o resultado da produção entre os donos das propriedades rurais e seus produtores.

Pertencer a Buenos Aires também é balizado pelo fato de ter nascido na comunidade e pertencer a uma das sete famílias geradoras. As referências são sempre pelo fato de se ter nascido em Buenos Aires e todos, na contemporaneidade, serem parentes pelo resultado das uniões interétnicas.

Segundo Alfredo Wagner de Almeida (2002, p. 49) ao comentar sobre as relações intra e extra território é pertinente sua afirmação:

No entanto, ao contrário do que imaginaram os defensores do “isolamento” como fator de garantia do território foram as transações comerciais da produção agrícola e extrativa dos quilombos que ajudaram a consolidar suas fronteiras físicas. Assim como se enganaram aqueles que viam no quilombo uma unidade racial homogênea, pois foram as suas inter-relações com outros grupos que possibilitaram sua reprodução social e econômica.

Assim, podemos entender a entrada e o questionamento de uma nova categoria, a de quilombola, pelos moradores de Buenos Aires, não apenas como uma busca por vantagens setoriais nas políticas sociais. Mas, uma preocupação em entender a relação desta categoria com a identidade étnica de sua própria ancestralidade e, não somente, de ocupação da terra. Por isso a busca pela criação de uma associação quilombola em Buenos Aires. Neste sentido, segundo Almeida (1996, p. 18)

O conceito de quilombo não pode ser territorial apenas ou fixado num lugar geograficamente definido, historicamente documentado e arqueologicamente escavado. Ele designa um processo de trabalho autônomo, livre da submissão aos grandes proprietários

Desta forma podemos entender que **processos de reagrupamento** de pessoas de comunidades quilombolas em outras áreas, rurais ou urbanas, fazem parte de uma dinâmica geopolítica. Isto, entretanto, não altera a adjetivação de uma comunidade como quilombola.

No caso de Buenos Aires, é prática comum entre os homens, na faixa etária dos 20 aos 40 anos, viajarem com muita constância para São Paulo para trabalhar por períodos que podem variar de 06 a 18 meses. Por outro lado, as mulheres têm uma vida exclusiva na comunidade. Não há a prática de trabalhar como doméstica em casas da área urbana do município de Custódia. Todas estão engajadas na agricultura e nos estudos.

A ida de homens para trabalhar em São Paulo faz parte do processo de organização social e econômico da comunidade. Esta forma indireta de reagrupar-se

em São Paulo está relacionada à estabilidade econômica local das famílias de Buenos Aires.

Para se ter uma ideia do que isso representa em termos econômicos, esta situação é observada pela quantidade de automóveis e motos da comunidade. São vários os exemplos de homens que ao retornar compraram desde caminhonetes até motos. No geral, os trabalhos são de ajudante de pedreiros em grandes obras. Os casos mais comuns nessa situação são de homens que trabalham por um período de 01 ano com um salário de, aproximadamente, R\$800,00 mensais. Quando se consegue um alojamento na própria obra isso significa apenas o gasto com alimentação que fica em torno de R\$200,00 mensais. Acrescente a quantia de R\$200,00 mensais enviados para a família. Sobram R\$400,00 mensais. Ao fim de 01 ano o trabalhador consegue juntar algo em torno de R\$5.000,00. Quando se soma a esse valor os quantitativos referentes ao término do trabalho esse pode chegar a R\$7.000,00. É hora de voltar pra casa. Após o retorno a Buenos Aires aciona-se o seguro desemprego, que é no valor de R\$870,00 pelo período de 06 meses. No caso dos mais jovens o resultado é a compra de uma moto. Esta situação faz parte do planejamento familiar. Os ganhos servem não somente para demandas pessoais. A compra de gado, de insumos agrícolas e até o pagamento da faculdade de uma aluna são exemplos encontrados nos relatos locais.

Resumindo: ir para São Paulo é parte da organização social e econômica da comunidade. Particularmente, no caso de jovens que não tem um nível escolar que possibilite alcançar um emprego local.

Parentesco e Territorialidade

A territorialidade dos moradores de Buenos Aires está diretamente relacionada à ancestralidade com algumas das sete famílias que iniciaram a ocupação local. Ser descendente de uma dessas famílias é o que define ser de Buenos Aires e, conseqüentemente, ser quilombola.

Para a antropologia:

O sistema de parentesco é um dos universais da cultura; o seu estudo a partir do final do século XVIII tornou-se o centro de preocupações da Antropologia, quando esta começou a ser encarada cientificamente. Mesmo nas comunidades humanas da terminologia simples, são categorias básicas da relação biológica são importantes

meios para o reconhecimento e a ordenação das relações sociais. As genealogias oferecem algumas categorias que permitem distinguir as relações existentes entre uma pessoa e o grupo a que ela pertence. (MARCONI; PRESOTTO, 1989, p. 113).

É sabido que esta configuração social baseada no parentesco atua no estabelecimento de **redes de reciprocidade**. No caso de Buenos Aires as relações de reciprocidade são mais intensas entre os moradores da própria comunidade. Estas são integradas ao universo de trabalho na forma de trabalho na agricultura. Em outras palavras, procura-se para trabalhar de *meia* quem é da própria comunidade.

Não podemos, entretanto, ignorar, as relações de reciprocidade que existem como resultado de ações políticas pelo fato de que Yolanda Amaral, a ex-presidente da associação local, na atualidade é vereadora no município de Custódia. Estar junto de Yolanda Amaral pode significar acesso a oportunidades do campo do trabalho.

Em termos gerais as relações de reciprocidade em Buenos Aires caminham em paralelo com as relações baseadas nas atividades econômicas. Isto é justificado pelo fato de que a comunidade apresenta um nível elevado de atividades agrícolas, em especial, das culturas de feijão e milho. O trabalho baseado na reciprocidade é uma referência maior para as atividades familiares.

A utilização da terra em Buenos Aires é consequência direta desta configuração. As famílias vêm na terra algo além de sua subsistência. Vêm a possibilidade de viver com dignidade.

O uso da terra em Buenos Aires alcança quase a totalidade de todo o território na prática da agricultura. Alguma pouca área está reservada para o plantio de capim para o gado. A existência de açudes com capacidade para acumular água por períodos de até dois anos (em épocas de estiagem) torna a agricultura rentável na comunidade.

A presença de gado bovino para servir de apoio o transporte de carga (nos carros de boi) e para a produção de leite (com o qual as pessoas produzem queijo) representa um suporte considerável na economia local. Uma quantidade considerável de porcos, galinhas e alguns cavalos também fazem parte do cenário das famílias.

A história de Buenos Aires está diretamente relacionada a uma tríade comum a todas as comunidades quilombolas: **terra, identidade e memória**. A terra é vista como o elemento definidor dessa identidade quilombola. A memória é um elemento constituinte no sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Nas observações do historiador Michael Pollack:

O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Se podemos dizer que em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mais que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria apresentação, mais também pra ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (DEMARTINI, apud, MONTENEGRO; FERNANDES, 2001, p. 269).

As falas dos moradores locais se reportam a um passado de misturas raciais, de terra comprada como resultado de trabalho e da aglomeração de negros no local. Este visto como um espaço de construção de afinidades entre pessoas negras (em sua maioria), brancas e mestiças. Os casamentos interétnicos estão na memória dos moradores como resultado desta configuração demográfica.

Em relação ao território de Buenos Aires já observamos que as relações de parentesco são definidoras de pertencimento à comunidade. As diferenças de gênero estão diretamente relacionadas às diferentes formas de trabalho (inclusive o agrícola), a religiosidade apresenta uma diminuição de sua importância como elemento aglutinador da sociabilidade local.

Caracterização ambiental da comunidade quilombola de Santana

A comunidade quilombola de Buenos Aires é um território cujas terras são, continuamente, utilizadas para atividades agrícolas e/ou pastoris, em particular, com mais ênfase, a primeira opção. Neste sentido, seja a construção dos limites territoriais da comunidade, seja o modo de ocupação, sejam as relações que surgem a partir daí, e tudo o mais que envolve as atividades produtivas passam por essa premissa de trabalho e ocupação de todo o espaço disponível para atividade laboral.

Assim, percebe-se de imediato na comunidade de Buenos Aires um meio ambiente intensamente modificado pela ação humana. A vegetação local não apresenta uma diversidade própria da caatinga. Nota-se, muito mais, a presença humana através das roças de feijão e milho em quase toda a extensão do território de Buenos Aires. Esta situação não *perdoa* mesmo locais que deveriam ser consideradas como áreas de preservação permanente como serras, rios e vales. A fauna local também está bastante comprometida.

Produtividade na comunidade quilombola de Buenos Aires

Em Buenos Aires a ideia recorrente é de produtividade em moldes que usam de todo e qualquer insumo que maximize a produção agrícola (em particular de feijão e milho). Esta produção é vista como sinônimo de dinheiro. Esta ideia de ocupação e trabalho, em muitos casos, é baseada em um modelo de desenvolvimento predatório que:

Tem como inspiração filosófica o pensamento cartesiano, ... que coloca o crescimento de bens como base do conceito de desenvolvimento.... Este modelo clássico tem como fundamentos a crença no conhecimento técnico-científico e o domínio da natureza, grande provedora material do crescimento econômico.

Outros aspectos, como equidade social, distribuição dos frutos do crescimento econômico entre toda a sociedade, ou qualidade ambiental, não são contemplados por esse modelo. O conceito está apoiado, ainda, na valorização do instrumental técnico-científico. Acredita-se que o avanço tecnológico e as novas descobertas científicas irão resolver os nossos problemas de forma geral. A ideia é de que o ser humano pode dominar a natureza sem levar desvantagem. (GUTBERLET, 1998, p. 07).

A mão-de-obra local está quase inteiramente absorvida na atividade agrícola de natureza familiar. Pais, filhos e filhas (estas com maior frequência), todos, na agricultura de milho e feijão. As mulheres representam um papel importante na agricultura local. Todas, independente da idade e de outras ocupações, como escola e trabalho, continuam trabalhando, e muito, na roça. Os homens, em sua grande maioria, têm parte da vida laboral na cidade de São Paulo, trabalhando na construção civil. Este ganho também é aplicado na agricultura local (de caráter familiar) quando retornam à comunidade.

A produtividade agrícola em Buenos Aires é do tipo familiar. Na comunidade esta prática está sedimentada em diferenças de gênero e geração. Percebe-se

facilmente o universo dos idosos, das mulheres, dos homens. Os idosos contribuem com suas rendas para investimento na agricultura (aluguel de terras, contratação de mão-de-obra, compra de gado –e agora de motos pros filhos homens). Os homens mantêm uma vida laboral, entre a construção civil em São Paulo e o retorno a Buenos Aires, com aplicação do dinheiro na agricultura – em no caso de alguns jovens: a primeira moto). Neste caso, em algumas situações os homens que retornam estão também recebendo o salário desemprego e podem trabalhar e investir na agricultura ou contratar mão-de-obra local. Em regra, é na atividade agrícola (e também pecuária) que a economia local está assentada.

Em relação às mulheres, e particularmente as jovens existem, um consenso local de se manter estas distantes de trabalhos domésticos em casas, na área urbana, do município de Custódia. Segundo as jovens, existe muita desvantagem nessa atividade. Caso a ida seja diária, os salários não cobririam as despesas de deslocamento da comunidade até a cidade. Caso, as mesmas possam morar nas casas onde trabalham o salário que receberiam não chegaria a R\$150,00 (Cento e Cinquenta Reais) mensais. Isso também inviabilizaria qualquer outra possibilidade de estudar, porque o trabalho doméstico inclui atividades nos três turnos (a maioria busca por concluir o curso do magistério e, em alguns casos cursar uma faculdade de pedagogia).

Nota-se, que a comunidade apresenta, sob certos aspectos, um *ethos* calcado em valores de uma classe média rural. Os moradores percebem a vantagem da aplicação da mão-de-obra na própria comunidade. Em Buenos Aires percebe-se uma heterogeneidade socioeconômica pelas famílias com rendas diferenciadas (os que contratam mão-de-obra e os que são contratados dentro da própria comunidade). Mas, de forma geral, a comunidade não apresenta problemas de pobreza exagerada, como endemias, fome, miséria, enfim.

A relação entre retorno financeiro agrícola (subsidiado, em alguns casos, pela renda obtida em São Paulo) e a aquisição de bens materiais é colocada como o resultado de uma atividade exitosa local. Daí a dificuldade de pensar uma diversidade em atividades laborais e, tampouco questionar o modelo de uma agricultura intensiva e desgastante para o meio ambiente, praticado no local. Em Buenos Aires, a agricultura baseada em insumos químicos é uma realidade com retorno financeiro imediato. O investimento na educação das mulheres jovens em

cursos ligados ao ensino (Paga-se uma faculdade com a renda da produção agrícola e a ajuda dos irmãos de São Paulo) e a aquisição de motos (com muita frequência) pelos jovens são exemplos do aproveitamento deste modelo de produção agrícola desta produtividade.

O desafio é fazer a comunidade pensar a agricultura e da pecuária além dos resultados econômicos que esta coloca para os moradores locais em curto prazo. Pois para se conceber uma agricultura sustentável deve-se pensar seus objetivos de forma mais ampla. Assim:

Ao resumir de forma abrangente os objetivos,..., para uma agricultura sustentável, encontramos entre seus objetivos: promover a saúde dos agricultores e consumidores; manter a estabilidade do meio ambiente, mediante incorporação dos processos naturais, como os ciclos de nutrientes, a fixação de nitrogênio, o controle de pragas pelos seus predadores naturais; assegurar os lucros dos agricultores em longo prazo; e produzir para responder as necessidades atuais da sociedade, considerando-se também as gerações futuras (GUIVANT, apud VIOLA, 1995, p. 04).

Concluimos, ressaltando que o território do Buenos Aires é constituído pelas terras apresentadas e reconhecidas pelos seus moradores. Salientamos que as terras adquiridas por compra sempre foram utilizadas para sua identificação enquanto comunidade quilombola. Sobre isto, é sabido que:

As construções sobre o território são variadas. Ele é espaço de investimento e circunscrição da organização social do grupo numa base física, onde se materializam as relações entre si, com outros, e, quase sempre, definindo um conjunto de crenças no sobrenatural, no mítico. Isso ocasiona a construção, em certo sentido, da identidade grupal ligada ao vivido, "experiência e subjetividade" (LEITE, 1990 apud, CARDOSO, 2008, p. 57).

O território de Buenos Aires é a representação cabal de uma comunidade de remanescentes de quilombolas no sertão pernambucano com todas as suas peculiaridades que lhe confirmam o adjetivo de comunidade quilombola.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV e ABA, 2002.

ATAÍDES, Jézus Marco, MACHADO, Laís Aparecida e SOUZA, Marcos André Torres de. **Cuidando do patrimônio cultural**. Goiânia: UCG, 1997.

BEZERRA, Tercina Maria Lustosa Barros. **O quilombo “Negros do Gilu” em Itacuruba: emergência etnoquilombola e territorialidade**. 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2006.

Centro Cultural Luiz Freire. **Sertão quilombola: a formação dos quilombos no sertão pernambucano**. Olinda, 2008

CARDOSO, Luiz Fernando Cardoso e. **A construção local: direito e território quilombola na comunidade de bairro Alto, na ilha de Marajó – Pará**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008.

CANTARELLI, Jonhhy R. Rocha. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade remanescente de quilombo Contendas**. Petrolina, PE: INCRA, 2008.

GUTBERLET, Juita. **Desenvolvimento desigual: impasses para a sustentabilidade**. São Paulo: Centro de estudos da Fundação Konrad Adenauer, 1998.

LEITE, Ilka Boaventura. **Questões éticas da pesquisa antropológica na interlocução com o campo jurídico**. Mimeo. 2000.

LEITE, Ilka Boaventura (org). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: Coedição NUER/ABA, Nova Letra Gráfica e Editora, 2005

MARCONI, Maria de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1989.

MONTENEGRO, Antônio Torres; FERNANDES, Tânia Maria (orgs.). **História oral um espaço plural**. Recife: Universitária; UFPE 2001.

OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza de. Negros em áreas carboníferas do sul do Brasil. In: LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

Organização Internacional do Trabalho. **Convenção 169**. Brasília: OIT, 2011.

SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lúcia; HELM, Cecília Maria (orgs.). **A perícia antropológica em processos judiciais**. Florianópolis: edUFSC, 1994.

VIOLA, J. Eduardo, et all. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.